

REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS *DROGAS DO SERTÃO* À REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE

Susane Patrícia Melo de Lima¹



<http://lattes.cnpq.br/6593518571599146>



<https://orcid.org/0000-0002-4952-7984>

Resumo

O presente texto discorre sobre a dimensão espaço-tempo da economia amazonense a partir das representações amazônicas, principalmente sobre aquela que considera o espectro do simbólico proveniente das suas potencialidades naturais, da sua sociobiodiversidade, desde a colonização portuguesa até aos novos formatos da inserção econômica. Concatenada à exuberante natureza, um simbólico de riqueza a ser explorada, o estado do Amazonas, vem desde o século XVII conjugando-se às demais amazôncias pelos ditames da exploração de seus produtos florestais e demais bens naturais, atrelados, primordialmente, ao fato de que é um estado também com vasta riqueza passiva de mercadificação por agentes que operam em ordem global, perpetuando o Amazonas na escala internacional da economia. Assim, tem-se que a comercialização dos produtos florestais no estado do Amazonas remonta à chegada dos portugueses aviltados com o comércio das especiarias implicando em uma leitura do passado-presente que se reproduz desde as drogas do sertão, com a exportação de baixo conteúdo tecnológico e limitados valores agregados regionalmente que reproduzem ampliadamente a condição de periferia deste território. Em suma, tem-se que a importância comercial dos insumos florestais no estado do Amazonas não só é a mesma, como agora é incrementada pelos aportes científicos e tecnológicos da biotecnologia, ou seja, a importância se eleva pelo potencial valor agregado.

Palavras-chave: produtos florestais, Amazônia; economia do Amazonas

Abstract

This text discusses the space-time dimension of the Amazonian economy based on representations of the Amazon, especially those that consider the symbolic spectrum of its natural potential, its socio-biodiversity, from Portuguese colonization to the new formats of economic insertion. Combined with its exuberant nature, a symbolic wealth to be exploited, the state of Amazonas has been joining the other Amazonian states since the 17th century in the exploitation of its forest products and other natural goods, primarily linked to the fact that it is also a state with vast wealth that can be marketed by agents operating on a global scale, perpetuating Amazonas on the international economic scale. Thus, the commercialization of forest products in the state of Amazonas dates back to the arrival of the Portuguese, who were demeaned by the spice trade, implying a reading of the past-present that has been reproduced since the drugs of the sertão, with exports of low technological content and limited regionally added values that

¹ Doutora em Geografia, docente do curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) – PPGEO/UEA. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Urbanas e Regionais/NPUR/CNPq. Atua no Laboratório de Estudos Humanos em Geografia/LehGeo-UEA. E-mail: splima@uea.edu.br

REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE

largely reproduce the peripheral condition of this territory. In short, the commercial importance of forestry inputs in the state of Amazonas is not only the same, but is now increased by the scientific and technological contributions of biotechnology, i.e. the importance is increased by the potential added value.

Keywords: forest products, Amazonia; Amazonas economy

Introdução

E como analisar o espaço sem o estudo da história? Estudar o espaço requer obrigatoriamente a reconstituição de seus elementos históricos, da história de sua produção. Isso requer, inevitavelmente, que o geógrafo reconheça a noção de tempo como um elemento fundamental para os estudos geográficos. (HINDEMBURGO FRANCISCO PIRES, 2008, p. 09).

Versar sobre a Amazônia não se constitui em simples tarefa, pois hoje, mais do que em qualquer tempo histórico, leva sobre si, os olhos do mundo. Sob o espectro do simbólico oriundo das suas potencialidades naturais, da sua sociobiodiversidade, desde a colonização portuguesa prossegue representada pela exuberante natureza repleta de vida ainda a ser descoberta, explorada e até mesmo, nos idos do século XXI, a ser colonizada. O estado do Amazonas, conteúdo da Amazônia e contido na Amazônia, de igual forma, pela sua relevância natural, vem desde o século XVII conjugando-se às demais *amazôncias* (Gonçalves, 2001), através dos ditames da exploração de seus produtos florestais e demais bens naturais, atrelados, primordialmente, ao fato de que é um estado também com vasta riqueza passiva de mercadificação por agentes que operam em ordem global, perpetuando o Amazonas na escala internacional da economia.

A comercialização dos produtos florestais no estado do Amazonas remonta à chegada dos portugueses por estas paragens, que aviltados com o comércio das especiarias nas Índias, encontraram a nova alternativa para apetecer seu comércio e teve nas “drogas do sertão” as matérias-primas básicas e com importante valor para as trocas comerciais na Europa.

Considerando a importância da história econômica pela qual o Amazonas passou, tais como, como o extrativismo primário das “drogas do sertão”, o extrativismo secundário da borracha e o período industrial, vigente até os dias atuais por meio do Polo Industrial de Manaus/PIM, vê-se agora o estado do Amazonas prefigurando como um dos potenciais estados da Amazônia brasileira em que urge como prioritário integrá-lo às redes globais da economia que extrapole a economia industrial à uma “nova” economia que mantendo a indústria, agrega em si, aportes maiores oriundos de grandes projetos de exploração mineral com a instalação de grandes empreendimentos ligados à grupos econômicos de atuação internacional.

Entre os setores envolvidos na exploração amazônica, não tão nova assim, fazem parte setores e segmentos que buscam nas matérias-primas regionais insumos para a chamada bioindustrialização, que unida às novas aplicações em biotecnologia, possam incrementar uma gama de processos, desde os relacionados à exploração (como a bioprospecção, a coleta) até aos processos industriais (como armazenamento, tempo de prateleira, produtos inovadores) que utilizam oleaginosas, extratos, frutos e folhagens na produção

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

de bioprodutos, através de experimentos laboratoriais químicos, cosmetológicos e farmacológicos. Para unir o ciclo industrial à ideia de uma economia regional, surge no estado do Amazonas, o setor de biocosméticos, que se apropria, principalmente em seu marketing empresarial e dos insumos naturais de origem amazônica como base de seus produtos cosméticos.

Nesse contexto, emerge tal discussão por seus aspectos empíricos e teóricos, na conexão entre as Ciências Ambientais, a Geografia e a História onde se pleiteou responder os questionamentos: Do ponto de vista histórico-geográfico (espaço-temporal), as lógicas que operaram no passado são as mesmas que operam hoje na exploração, comercialização e exportação dos insumos florestais são as mesmas desde a exploração das drogas do sertão no Amazonas? Trata-se de uma colônia de exploração moderníssima com arranjos tecnológicos e científicos que não fizeram parte da história pretérita, mas inserem-se às novas formas de exploração do século XXI?

O recorte analítico transita por questões espaciais ligadas à dimensão territorial da exploração sociobiodiversa no Amazonas, ou seja, interseccionando as questões humanas às ambientais evidenciando a episteme geográfica fundamentada na relação sociedade X natureza, e no Amazonas considerando a importante tríade POVOS-RIOS-FLORESTAS (De Lima, 2024) e como esta tríade é constantemente afetada pelas lógicas reprodutoras do capitalismo explorador que mantém o consumo da bioindústria, bem como, pela relação espaço/tempo no sentido de que cada temporalidade gera uma espacialidade, e o espaço é produzido por relações que se dão em um dado período de tempo. Deus (1995, p. 109) afirma que “em toda abordagem espacial é necessário considerar a dimensão temporal, uma vez que no espaço articulam-se o presente e o passado”, e a sociedade, esta modifica-se ao longo do tempo permitindo a transformação do espaço (Deus, 1995).

Desde o século XVII com a coleta das drogas do sertão, produtos amazônicos não deixaram de ser coletados e atendem aos interesses comerciais internacionais, em uma relação que começa sempre nas comunidades² e se concretiza nos consumidores finais, que continuam, desde as coletas das especiarias, em sua maioria, fora do país, no entanto, a comunidade também continua a ter papel irrelevante na extração dos insumos para a bioindustrialização, por meio das relações de comercialização dos insumos, onde a comunidade é a detentora do conhecimento e do território produtivo, e não é remunerada pelo conhecimento, precariamente pelo insumo, e muitas vezes, tem sua força de trabalho apagada dentro processo, ou seja, não se obtém renda por ela com justiça social e equidade. Em geral, esses fatos também se relacionam à ausência de contratos formais, a valorização do atravessador como intermediário entre empresa e bioindústria, o que acaba desvalorizando o trabalho extrativista.

Pode-se dizer que no auge do século XXI surge uma curiosa corrida pelas “especiarias” da floresta amazônica, semelhante a corrida do século XVII, que tinha como destino os laboratórios industriais europeus para serem

² Apesar de ser aplicado de diferentes formas ou contextos distintos, o termo comunidade, utilizado aqui, diz respeito apenas às sociedades de pequena escala, indígenas, extrativistas, produtores, habitantes da Amazônia, especificamente do estado do Amazonas, sem discorrer sobre sua vasta discussão teórica quanto à utilização do termo.

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

aplicados na *pharmacopéia* (REIS, 1993). A privilegiada posição da Amazônia em relação a sua biodiversidade já tem sido alvo de inúmeros estudos acadêmico-científicos que comprovam o quanto os recursos florestais existentes na região, – que já comercializados há muito tempo apenas como matéria-prima, – podem ser utilizados na bioindustrialização de cosméticos e medicamentos. Neste espaço-tempo, se pode mencionar inclusive o avanço das fronteiras do agronegócio, da reprimarização da economia com aportes financeiros e da implementação de grandes projetos que introjetam no espaço amazônico, novas formas, novos conteúdos, novos valores com ações que se processam no campo/rural moderno (agrário), invisibilizando, expropriando a mais significativa tríade amazônica: *POVOS-RIOS-FLORESTAS*, porque na periferia do capital e do capitalismo, sob a racionalidade do desenvolvimento regional desigual, o que impera é o processo colonização como operou no passado (De Lima, 2024).

De Lima (2024) citando Mônica Arroyo (II Singer, 2020)³ aponta que as mais diversas formações socioespaciais participam, até hoje, século XXI, de uma divisão de trabalho à luz do capitalismo contemporâneo que influencia os papéis regionais, aviltando o processo de *reprimarização da economia*, que consiste “em um processo da qual participam as regiões periféricas atualmente envolvidas na ampliação dos circuitos econômicos atrelados aos recursos naturais, mineração, produção de soja, produção florestal, entre outros, com o crescente avanço das fronteiras de exploração deste bens, com uso oligopólico dos territórios para os fazerem fornecedores de matérias-primas que atuam em mercados internacionais” (De Lima, 2024, p. 305). Isso implica em uma leitura passado-presente que se reproduz desde as drogas do sertão, com a exportação de baixo conteúdo tecnológico e limitados valores agregados regionalmente que reproduzem ampliadamente a condição de periferia destes territórios. Assim, petróleo, madeira, minérios em geral, soja, e outras *comodities* diretamente ligadas às especialidades dos lugares, se tornam altamente competitivas internacionalmente sob o comando de grandes grupos econômicos, porém de pouco valor agregado localmente.

Em suma, tem-se que a importância comercial dos insumos florestais no estado do Amazonas não só é a mesma, como agora é incrementada pelos aportes científicos e tecnológicos da biotecnologia, ou seja, a importância se eleva pelo potencial valor agregado. Todavia, a cadeia produtiva em torno dos insumos florestais não pode subsistir sem levar em consideração as comunidades, seja por meio de suas organizações em associações ou cooperativas, ou mesmo quando essas inexistirem.

Temporalidades e espacialidades geohistóricas na Amazônia: os sentidos representativos da exploração sociobiodiversa

Dentre as representações que existem sobre a Amazônia, aquelas ligadas aos aspectos naturais sobressaem-se. Muito se estuda sobre esse grande complexo indo do *Inferno Verde* ao *paraíso Perdido*, do seu *Complexo*

³ As contribuições de Mônica Arroyo (2020) se deram através de sua fala no II Simpósio Nacional de Geografia Regional/II Singer: a redescoberta da região e Seminário Internacional O Espaço do Novíssimo Século XXI: a Amazônia no Centro do Mundo, ocorridos de 09 a 13 de novembro de 2020. Mesa 2 – *O desenvolvimento regional desigual da América Latina*, disponível em <https://youtu.be/oel3IE1QxVQ> ; <https://www.youtube.com/@observatorioregional375/about>

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

[...] à sua *Invenção* [...] do ultrapassado *Pulmão do Mundo à Amazônia Misteriosa* (Rangel, 2001; Cunha, 2000; Batista, 2007; Gondim, 1994; Cruls, 1957) em que se enfatiza uma Amazônia dotada de extensa diversidade biológica, com a floresta concatenando riquezas e mistérios, mitos e ciência. Pode-se mesmo dizer, que desde as primeiras ocupações da Amazônia essa fricção entre riqueza e mistério se entremeava.

A ocupação da Amazônia no século XVII por não autóctones sempre esteve relacionada com a extração dos bens regionais que facilmente eram racionalizados como recurso de interesse comercial. Cabral (2004, p. 6) ressalta que missões, fortalezas e povoados resultaram nos primeiros núcleos urbanos na Amazônia, às margens dos principais rios, por onde circulavam índios escravizados, drogas do sertão, mercadorias e ordens da colônia. Todos com propósitos comuns: servir aos interesses comerciais externos dos colonizadores, não desconsiderando, evidentemente, os interesses políticos de expansão territorial fortemente relacionados ao monopólio do uso dos recursos.

Desde os tempos da colônia a Amazônia esteve envolta em uma história econômica com predomínio de determinado produto voltado para a exportação servindo a interesses externos. Ao que tange a exploração dos recursos naturais precisamente no estado Amazonas, as especiarias, chamadas “drogas do sertão”⁴, possuem grande vulto no cenário econômico da região, e de acordo com Benchimol (1998) estas serviriam de base para as primeiras exportações do Amazonas até que o ciclo da borracha empolgasse a economia da Província. Posteriormente, a economia gomífera perpassa pela contextura histórica amazônica elencando uma organização da produção para o mercado externo, determina uma estrutura que não fora capaz de tornar o mercado interno com atividades produtivas pautadas em grandes perspectivas (Prado Júnior, 1972). Por isso, sucessivos ciclos, que variaram entre apogeu e estagnações sempre estiveram subordinados a uma economia externa, resvalando-se entre especiarias primárias, como os produtos florestais amazônicos, base da exploração dos recursos naturais através do extrativismo.

No período das especiarias a Amazônia se constituiu um instrumento de acumulação de capital no momento em que se desenvolvia o capitalismo mercantil, utilizando do trabalho indígena em atividades de extração de bens florestais comercializados internacionalmente, e em geral seguiam uma rota que aportava na metrópole paraense e partiam de seus portos, sobretudo, para a Europa.

As ditas “drogas do sertão” marcaram o primeiro ciclo do período da colonização portuguesa e, comumente é colocado pela historiografia como tendo-se estendido até a primeira metade do século XIX. Silva e Bastos (1983, p. 64) destacam que entre os exploradores das drogas do sertão “destacavam-se os jesuítas que monopolizavam a exploração destes produtos e a mão de obra indígena”. Isso se dava efetivamente porque a Amazônia era um território ocupado pelos jesuítas, carmelitas, mercedários capuchos, entre outros, que dominavam grande parte das aldeias na Amazônia. E tais produtos serviam basicamente para atender a Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII na

⁴ As drogas do sertão (produtos da floresta) eram as especiarias extraídas na floresta amazônica que possuíam interesse comercial na Europa, entre elas destacavam-se, o cacau, cravo, canela, castanha, guaraná, essências de perfumes (raízes aromáticas), sementes oleaginosas, óleos de andiroba e copaíba, entre outras.

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

alimentação, condimentação, construção naval e na farmacopeia (Ferreira; Salati, 1997; Reis, 1993).

A presença dos europeus muda as atividades de extração na Amazônia, no entanto, os períodos extractivos comerciais foram baseados em bens e drogas do sertão que já eram conhecidos antes da chegada dos europeus, mas as especiarias iam aos poucos se constituindo a matéria-prima do sistema colonial de exploração (Sarmento; Pastore Júnior, 2006).

Envolta entre os mitos e fantasias, a Amazônia do século XVI e XVII prefigura na busca pelo *El Dorado* com cidades de ouro e prata, que sem dúvida contribuiu para ampliação do domínio sobre o território recém-conhecido, desencadeando o conhecimento acerca da fauna e da flora e, em contrapartida, impulsionando a busca por riquezas então descobertas. Santos (2002) ressalta que nos primeiros tempos da colonização, tentou-se o sistema de *plantation* na região, mas frustrada a tentativa, os colonos voltam-se ao que a colônia pode oferecer, neste caso, além da força de trabalho, os gêneros naturais em abundância, tais como, cacau, canela, salsaparrilha, castanha-do-pará, sementes oleaginosas (andiroba e copaíba), entre outros. Prado Júnior (1981) chega a afirmar que sem estas fontes de riqueza seria difícil os portugueses ocuparem o vale. No entanto, a despeito das dificuldades de incursão no vale amazônico, para os colonizadores isso não era desvantajosa, ao contrário, serviu para que Portugal pudesse substituir o já decadente comércio de especiarias da Índia pela exportação das “drogas do sertão” (Santos, 2002, p. 18), e aí se identifica que o interesse não fora somente o de estabelecer domínios territoriais, mas de exploração de recursos.

O espaço deixa de ser o mesmo, mudam-se as relações, muda-se o próprio viver na Amazônia, espaço e tempo coadunam-se, e conforme Oliveira (2004), espacialidade e temporalidade alheias ao lugar enraízam-se, pois o poder, produção e riqueza projetam-se ao mundo, e as experiências, vivências, cultura e história enraízam-se nos lugares, no sentido de que aquilo que não era próprio do lugar permaneceu, ainda que por meio de apropriações e imposições. Com isso, tem-se que cada temporalidade deixa marcas em uma espacialidade peculiar, na Amazônia, a exemplo do período econômico das drogas do sertão alterou-se o viver das populações amazônicas com o desenvolvimento de novos movimentos, fluxos de mercadorias e pessoas, assim em períodos econômicos subsequentes novas espacialidades são firmadas e novos contextos econômicos se impregnam na sociedade cristalizando o tempo no espaço. Isso significa que o espaço contém as rugosidades, que Santos (2004) menciona serem aquilo “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e se acumulam em todos os lugares” (Santos, 2004, p. 140). Para Santos (2004) as rugosidades trazem à tona os restos, os fragmentos da divisão do trabalho passada, fragmentos das formas de capital utilizado e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

Para Deus (1995) é necessário considerar o tempo nas abordagens espaciais, pois “no espaço articulam-se o presente e o passado”, para este autor

Isto ocorre porque a sociedade, em sua dinâmica, modifica-se e desenvolve-se ao longo do tempo, fazendo com que o espaço também seja transformado. Em cada momento da vida, o homem cria uma estrutura material para produzir sua existência. Esta estrutura é

REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE

composta pela história pretérita, pelos acontecimentos do presente e pelo embrião do novo. O espaço é a combinação dos resíduos de tempos anteriores com as transformações atuais, possibilitando a hierarquização das inovações as quais determinarão a modernidade da espacialização (Deus, 1995, p. 109).

A compreensão da relação do espaço com o tempo, é necessário compreender como os homens se autoreproduzem na relação com a natureza e com outros. Tempo e espaço são as dimensões essenciais para a compreensão dos processos de transformação ocorridos na Amazônia desde a chegada dos europeus até às mudanças ocorridas com a chegada da industrialização e a implantação do Polo Industrial de Manaus, e agora, as mais novas formas de exploração da sociobiodiversidade⁵. Somente o tempo e espaço não são suficientes para explicar as transformações em andamento, devendo, contudo, incluir o ser social (Soja, 1993), que é o sujeito essencial para completar a tríade da ordem espacial da existência humana, e para análise amazônica, considerar o que De Lima (2024) aponta ser a mais relevante tríade amazônica, povos-rios-florestas, reunindo em seu conjunto a sociobiodiversidade do território amazônico.

Nesse mesmo contexto de importância do homem na compreensão das espacialidades, Santos (2004) menciona ser o homem aquele que anima as formas espaciais, atribuindo conteúdo, vida, função, que nesse trabalho são todos os sujeitos, atores sociais que participaram no seu tempo de formações de espacialidades na Amazônia. Aqueles que se apropriaram, que impuseram ou os que sofreram imposições, dialeticamente, exploradores ou explorados, quem estava perto e quem esteve participando de longe (como os europeus que demandavam especiarias ou àqueles que exportavam a borracha da Amazônia), sujeitos que permitiram diversas territorialidades.

Aqui a Geografia se estabelece, o espaço é entendido como “[...] anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...]” e, esse ator “territorializa” o espaço (Raffestin, 1993, p. 143 e 144). O espaço é produto de inter-relações, constituído através de interações. O espaço é visto como esfera da possibilidade e de existência da multiplicidade, da coexistência da heterogeneidade, por meio das quais diversas trajetórias coexistem. O espaço sempre em construção, sempre em um processo de fazer-se, não acabado e nem fechado (Massey, 2008). Trindade Júnior *et al* (2011, p. 118) dizem que ao espaço “deve ser atribuída a característica de constante devir, já que está sempre sendo (re)feito, nunca é finalizado, acabado e, muito menos, torna-se definitivamente cristalizado” Se tal espaço é feito de interações, multiplicidade, heterogeneidade sabe-se que há uma implicação direta do fazer o espaço com o produzir ou reproduzir a própria vida.

⁵ Adoto a perspectiva de Rodrigues (2016, p. 44) “a sociobiodiversidade está relacionada aos modos de vida, territorialidade e ao meio ambiente. E no que diz respeito à Amazônia, cada ecossistema constitui nichos de saberes fruto dessa relação cultural, que resulta numa sociobiodiversidade, posto que se refere à complementaridade entre diversidade cultural e biológica, englobando também as diversidades cultural, populacional e os ecossistemas”. Assim, trata-se de um conceito que expressa a relação conjunta entre diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais.

REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE

Assim, identifica-se espaço e tempo, no Amazonas, temporalidades e espacialidades que figuram o real e a realidade em conjunto às acumulações, o trabalho, a organização da sociedade e como as superposições ocorreram sem deixar para trás, em um período econômico ou outro, a importância dos bens florestais transformados em recursos florestais na Amazônia, precisamente no Amazonas, desde as drogas do sertão do século XVII até a bioindustrialização no século XXI.

A borracha como condição da grandeza e do contrassenso

A zona habitada pelos colonizados não é complementar à zonas habitada pelos colonos. Essas duas zonas se opõem, mas não à serviço de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, elas obedecem ao princípio da exclusão recíproca [...]. (FRANTZ FANON, OS CONDENADOS DA TERRA, 2022, P.35)

Em um segundo momento do extrativismo vegetal que adentra adentrando o século XIX, mais uma vez os recursos florestais se constituem um bem extrativista, todavia, com a economia da borracha, o chamado *ciclo da borracha* inaugura a exploração do látex, e juntamente com ela, um tempo que deixa marcas de uma *belle époque* ocorrida, principalmente na Amazônia Ocidental. Oliveira (2006) menciona um maior dinamismo neste período e, no estado do Amazonas, intensifica-se a ocupação por uma população não indígena a oeste da Amazônia, são criados povoados para apoiar a exploração do látex, que darão origem a vilas e depois a cidades. Tal fato implica em novas espacialidades desencadeadas por um período que se desenrola entre século XIX e início do século XX.

Dias (2007) trata o período de 1890 a 1920 revelando Manaus como uma cidade intensamente urbana, com um surto de urbanização ainda não visto, ocasionado, em especial, pelo intenso fluxo migratório, onde as condições de vida e de trabalho que irromperam para receber com grande luxo a nova elite extrativista e altamente favorecida, que dentro de um período tão faustoso “[...] destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos [...]” (Dias, 2007, p. 29). Ora, se a transformação dos costumes indígenas é retratada nesse período como destruição do ser e do viver propriamente amazônico, o que se vê é exatamente a reprodução do transformar ocorrido no século XVII com o extrativismo das drogas do sertão. Semelhantemente, tais ideais foram pautados nos moldes do capitalismo vigente e em função das transformações da cultura/sociedade, principalmente nas relações de trabalho, o que alterou significativamente as condições culturais do amazônida.

Como exemplo, Dias (2007) cita que a mão de obra indígena se constituiu a maior parte da força de trabalho do período, mesmo com a mão de obra migrante, e lhes sobrevinham imposições que não eram recebidas pacificamente, o abandono do serviço, por exemplo, não se trata da pejorativa afirmação da falta de ambição, indolência, preguiça ou desobediência, mas de evidências culturais bem distintas das do impositor (Dias, 2007), contudo, tal aspecto apenas reproduziu-se, pois no ciclo anterior, indígenas se recusavam

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

ao duro trabalho seguido da ausência de meses sem remuneração (Daniel, 2004, volume 2).

O que se observa é que nem tudo foi fausto, riqueza. Dias (2007) revela os contrassensos típicos de um sistema elitista. Os símbolos materiais (formas) da cidade moderna ficaram. Resistiram. Mas também resistiram os reflexos de uma imposição de novos costumes, valores culturais alheios e das contradições entre o ter e o não ter, o poder e os que não podem, os que usufruem e os segregados, dialeticamente, vistos não somente no período da borracha, mas antes mesmo e também depois. Desde os “buscadores de drogas” (Reis, 1993, p. 20; 64) até a terra de abundantes riquezas apontadas por Leonardi (1999) ao falar de Airão e seu estado de decadência em menos de cem anos de sua fundação, fato que o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio não comenta de forma satisfatória, apenas insinuando a falta de mão de obra indígena na medida em que os índios fugiam muito facilmente. Por esta alegação Leonardi menciona que

Não há nenhuma reflexão mais séria, por parte do ouvidor, para tentar entender por qual razão fugiam os índios com tanta frequência. A única explicação que lhe ocorre é a da proximidade de suas terras de origem. Os maus-tratos, por parte dos brancos, e as duras condições de exploração do trabalho indígena não são sequer cogitados como possíveis fatores conexos (Leonardi, 1999, p. 37).

Isso evidencia que sempre houve uma exploração da mão de obra que, subempregada, seria incapaz de gerar alguma riqueza no próprio lugar, mesmo quando as riquezas naturais deste lugar são apontadas em detrimento do autóctone, que era considerado o empecilho para “[...] transformar da riqueza potencial da floresta em produtos passíveis de comercialização [...]” (Leonardi, 1999, p. 39). O que Leonardi (1999) conclui de fato, é que a estagnação de Airão não estava ligada à inexistência de recursos, espécies animais e vegetais, no rio Jaú, mas estava diretamente relacionada com a forma de viver, estruturada pelo regime colonial, implantada pelos portugueses e elites luso-brasileiras, tal como fazer o autóctone trabalhar compulsoriamente em projetos econômicos alheios a sua própria cultura, o que quase sempre era colocado de forma etnocêntrica, apoiada na chamada “indolência” dos nativos e caboclos. Este era o discurso bem planejado da época, “os entraves ou empecilhos para o desenvolvimento da Amazônia acabavam sendo os caboclos e mestiços da região!” (Leonardi, 1999, p. 40).

Mas o fato é que o período auge da economia gomífera proporcionou espaços diferenciados dos anteriormente conhecidos, até mesmo em virtude do processo de urbanização vivido a época, a própria capital Manaus é alvo de um aceleramento demográfico antes não ocorrido, o estabelecimento de novas estruturas urbanas e criação de novos espaços com a segregação dos menos abastados, bem como de movimentações rios acima e rios abaixo ligando e articulando fluxos com a capital Belém, que permaneceram desde a economia das “drogas do sertão”. Mas não somente o fortalecimento do período possibilitou novos espaços, o declínio do período também deixou as marcas do fracasso da prosperidade superficial para os de dentro.

A produção da *Hevea Brasiliensis* era conhecida pelos indígenas que já a utilizavam e, segundo Ferreira (1974) as nações aprenderam com os indígenas

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

a fabricarem a resina elástica, que chamavam de leite de seringa, porque dela faziam seringas, vestidos, e tudo que era impenetrável de água, ou seja, impermeabilizavam objetos. E aqui, mais uma vez o conhecimento do indígena precedendo as atividades econômicas. A produção inicial foi de 31 toneladas exportadas em 1827 e em 1830 a produção exportada passa a 156 toneladas, graças à força de trabalho indígena, que era suporte da exploração extrativa. A atividade extrativa da borracha é inicialmente considerada de restrito consumo industrial e baixa capacidade de oferta interna, no entanto, a partir da segunda metade do século XIX, o segundo ciclo de exploração extrativista vegetal é incrementado com o desenvolvimento de artefatos de borracha vulcanizada, melhoria do setor de transportes com a introdução do navio a vapor, e a exportação de borracha natural atinge seu pico com 42.000 toneladas em 1912, seguida de uma crise que se expressa, sobretudo, pela estagnação e decadência regional (Pereira, 2000).

Conforme Pereira (2000) a economia da borracha se organizava pelos proprietários dos meios de produção, de um lado, e de outro, pelo produtor direto. Os proprietários eram o seringalista ou arrendatário e o produtor direto eram os seringueiros ou extratores, que desenvolviam na unidade produtiva (seringal) uma jornada de trabalho com duração média de 14 a 16 horas diária, onde procediam com o corte da seringueira, coleta do látex e defumação. Havia sujeição do seringueiro ao seringalista, desde a chegada do nordestino na região este já se encontrava preso ao seringal em função das dívidas com alimentos e instrumentos de trabalho fornecidos como adiantamentos de pagamento pelo seringalista.

Para Pereira (2000) não resta dúvida de que o extrativismo da borracha não se constitui um processo de desenvolvimento devido as seguintes razões

- a) não estabelece uma agricultura comercial produtora de alimentos;
- b) não faz surgir o assalariamento; c) a economia do avimento, o consequente domínio do capital mercantil e sua apropriação do excedente gerado, não permite uma acumulação endógena, na medida em que grande parte do excedente econômico transferia-se para o exterior, seja através de remessas de lucros, juros ou via importação de bens e serviços (Pereira, 2000, p. 16).

Pelos motivos supracitados por Pereira (2000) pode-se dizer que o extrativismo da borracha não altera a estrutura da economia colonial na medida em que continua como uma economia dependente, orientada para a exportação de produtos extractivos para o mercado capitalista da metrópole. A lógica capitalista valoriza certas atividades em detrimento de outras redefinindo o papel dos espaços, e neste sentido, o extrativismo gomífero segue essa lógica, pois foi a principal atividade por dado período de tempo na Amazônia, e desde a década de 1920, com sua estagnação, deixa de ser uma economia relevante acentuando atividades extractivas não gomíferas (Araújo, 2007).

A crise da borracha é visível, mesmo parecendo como uma economia única neste período destaca-se que as drogas do sertão, continuavam sendo exportadas, porém sem muita visibilidade. O desenvolvimento industrial avança no país e com o declínio da borracha estaria na hora de suscitar um novo empreendimento capaz de integrar a Amazônia aos moldes vividos em outros lugares do país. Seria o momento da integração nacional e do “desenvolvimento

da região” calcado no modelo industrial de desenvolvimento vigente país: a industrialização. Uma nova temporalidade, uma nova espacialidade.

O desenvolvimento regional via projeto Zona Franca de Manaus/ZFM e projetos de exploração de bens naturais amazônicos

Com o declínio da economia gomífera a Amazônia apresenta a Zona Franca de Manaus, como “o único projeto de desenvolvimento existente em nosso Estado” (Botelho, 2006, p.11), no entanto, o extrativismo continua sendo uma prática vigente.

De acordo com Seráfico e Seráfico (2005) o deputado Francisco Pereira da Silva demonstrou dar-se conta da necessidade de encontrar alternativas para a economia local e apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei N. 1.310, de 23 de outubro de 1951, criando em Manaus um *porto franco*. E em conformidade com o histórico da Suframa⁶ (2009) a Zona Franca de Manaus (ZFM) é criada pela Lei N. 3.173 de 06 de junho de 1957. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto Lei N. 288 de 28 de fevereiro de 1967, amplia a legislação e reformula o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implementação de seus polos.

Isso quer dizer que passados pouco mais de trinta anos, começa-se a pensar na implantação de um novo modelo de desenvolvimento econômico para a região, a Zona Franca de Manaus, como forma de dinamizar a economia da Amazônia Ocidental, promovendo também a integração desta região ao restante do país – прédica do governo militar. A Zona Franca de Manaus esteve fundamentada nos polos econômicos comercial, industrial e agropecuário. O primeiro teve maior ascensão até o final da década de 1980, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada. O industrial é considerado a base de sustentação do modelo. O polo Agropecuário abriga projetos voltados à atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras.

A partir de 1989, a Suframa, que administra o modelo, passou a abrigar em sua área de jurisdição sete Áreas de Livre Comércio (ALC's), criadas com objetivo promover o desenvolvimento de municípios que são fronteiras internacionais na Amazônia e integrá-los ao restante do país. Isso se deu por meio da extensão de alguns benefícios fiscais, da melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias e do fortalecimento do setor comercial, agroindustrial e extrativo. A primeira a ser criada foi a de Tabatinga, por meio da Lei nº 7.965/89. Nos anos seguintes, foram criadas as de Macapá-Santana (Lei nº 8.387/91, artigo II), no Amapá; Guajará-Mirim (Lei nº 8.210/91), em Rondônia; Cruzeiro do Sul e Brasiléia-Epitaciolândia (Lei nº 8.857/94), no Acre; Bonfim e Boa Vista (Medida Provisória 418/08), em Roraima (Suframa, 2009).

Em conformidade com o que descreve a Suframa (2009), o histórico do modelo ZFM pode ser configurado em quatro fases distintas até chegar à fase atual, que aqui denominamos de quinta fase. As fases, de acordo com a Suframa (2009) podem ser entendidas como descritas abaixo: Na **primeira fase**, que fora de 1967 a 1975, a política industrial da ZFM caracterizava-se pelo estímulo à substituição de importações de bens finais e formação de mercado interno. A

⁶ Superintendência da Zona Franca de Manaus, autarquia que administra o modelo.

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

segunda fase compreendeu o período que vai de 1975 a 1990. Nesta a política industrial caracterizava-se pela adoção de medidas que fomentassem a indústria nacional de insumos, sobretudo no Estado de São Paulo. A **terceira fase** compreendeu os anos de 1991 a 1996. Foi quando entrou em vigor a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, marcada pela abertura da economia brasileira, redução do Imposto de Importação para o restante do país e ênfase na qualidade e produtividade, com a implantação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBPQ) e Programa de Competitividade Industrial, anualmente, no mínimo 5% do seu faturamento bruto em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia. Na **quarta fase** compreendida entre os períodos de 1996 a 2002, a política industrial caracterizava-se por sua adaptação aos cenários de uma economia globalizada e pelos ajustes demandados pelos efeitos do Plano Real, como o movimento de privatizações e desregulamentação. Na fase atual, que aqui passa a ser chamada de **quinta fase**, pós 2002, entra em vigor a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em aprofundamento da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que prevê maior eficiência produtiva e capacidade de inovação das empresas e expansão das exportações.

Pinto (1992) chega à conclusão de que a industrialização, ainda com seus aspectos positivos, não se transformou em um processo de promoção social para a população do Amazonas, pois a vida das pessoas não melhorou, principalmente no que tange o abandono das populações rurais. Isso pode refletir que a interiorização do desenvolvimento econômico via industrialização não chegou a contento, pois Manaus contempla os maiores benefícios de implantação do modelo. Ou seja, Botelho (2006) aponta a importância do cumprimento das metas da Suframa quanto à interiorização prometida, uma vez que o projeto de interiorização de indústrias estratégicas⁷, poderia contribuir para a “redução dos cinturões de pobreza dos centros urbanos através da fixação das populações interioranas” (Botelho, 2006, p. 46). Alguns dos projetos desenvolvidos com comunidades no interior da Amazônia, em geral, estão relacionados às iniciativas das universidades, tendo à frente docentes pesquisadores.

O estado de industrialização alcançado por países ricos decorreu do fato que desenvolveram dois fatores de produção, o capital, enquanto poupança própria e a tecnologia, ou seja, o desenvolvimento é melhor desencadeado se advir da posse do capital que possibilita a implementação de investimentos, e da tecnologia, que possibilita a produção de mercadorias a tal ponto que gere a reprodução do mesmo capital. Não se pretende negar o crescimento de Manaus, mas de afirmar que se está longe do desenvolvimento que pressupõe a auto-sustentabilidade⁸, ou seja, com poupança e tecnologias próprias, agregando seus povos, em sua diversidade. Assim sendo e permanecendo perceber-se que o mesmo se reproduz semelhantemente ao ciclo da borracha (Botelho, 2006). O crescimento econômico de Manaus é muito importante, mas “até agora, percebe-se tão-somente, a condição manauara de filhos bastardos da era

⁷ As indústrias estratégicas são aquelas voltadas às potencialidades regionais, tais como as de coletas de frutos, oleaginosas para atender o mercado de biocosméticos e de fitoterápicos, beneficiamento de pescado e demais produtos florestais madeireiros ou não madeireiros.

⁸ Esse termo auto-sustentabilidade, para Botelho (2006), refere-se à condição da Amazônia ser baseada em capital e tecnologias próprias, numa ideia de sustentar-se a si próprio.

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

eletroeletrônica, por força de serem terceiros os donos do capital e da tecnologia que financiam a concorrente produção, apenas sediada em Manaus" (Botelho, 2006, 76).

Leonardi (1999) ao trabalhar a história do trabalho extrativista na Amazônia, procura aproximar a história ambiental da história social, onde a prática extrativista não pode ser pensada sem incluir os seres humanos. Parecendo uma temática simples, o extrativismo na região amazônica, ou o trabalho extrativista, perpassa por uma das mais dramáticas interrogações que os brasileiros vêm formulando nos últimos anos: "a possibilidade ou não de um relacionamento harmônico, ou auto-sustentável, também chamado de ecodesenvolvimento, dos homens com a natureza" (Leonardi, 1999, p. 23). Trazer isso para o contexto industrial do século XXI torna tal temática ainda mais complexa, quando se pensa na floresta como recurso para a indústria.

Com o novo cenário montado e em perfeita sincronia ao que se propõe, retoma-se as "drogas do sertão", considerando espaço e tempos diferenciados, pergunta-se: Cessou o período das "drogas do sertão" na Amazônia, ou ele encontra-se obscurecido, ofuscado pelo contexto atual do Polo Industrial de Manaus e as novas formas de exploração dos bens da natureza por grupos transnacionais? Aqui se refere à uma racionalidade existentes neste período, que mais parece se manter com novos aparatos e modernas tecnologias. Sabe-se que frutos silvestres, sementes oleaginosas, raízes aromáticas, folhagens e plantas medicinais e demais espécies vegetais e animais, minerais, e os chamados produtos não-madeireiros, continuam sendo extraídos, agora, com uma nova fisionomia. No contexto industrial do século XXI, não estaria este período de colônia de exploração tão vigente quanto no passado, mas agora também ofuscado pela chamada terceira revolução industrial, pautada em tecnologia de ponta, onde ciência, tecnologia e inovação se mesclam dando vulto à biotecnologia?

Do passado mito do *El Dorado* ao presente "mito da infinita biodiversidade", eclode a questão da biodiversidade na Amazônia como uma nova era, questionada por Homma (2002) da seguinte maneira: Seria na Amazônia a biodiversidade o novo *El Dorado*? Ou como questionado agora: Este *El Dorado* em algum período deixou de existir? Tem-se hoje um tão comentado setor industrial de biocosméticos, a bioindústria incentivada, o agronegócio requerendo território para exploração, e hoje, não se pode mesmo falar de qualquer projeto de desenvolvimento para a Amazônia sem calcar os pés na política de aliança entre estado e grupos econômicos exógenos com um desenvolvimento regional fincado na exploração da Amazônia, expropriação dos povos e destruição de florestas e rios, tornando tudo em recursos florestais.

No Amazonas, precisamente em Manaus, as experiências das empresas existentes que cobrem a chamada indústria de biocosméticos são consideradas novas e mesmo sendo posterior às empresas renomadas no mercado nacional e internacional (Chanel, The Body Shop, Natura, Avon, Boticário) mostram-se utilizando insumos da floresta amazônica consolidadas como micro e pequenas empresas em busca de competir com as grandes marcas.

As empresas supracitadas nacionais e internacionais, incluindo-se ainda, o Boticário e a Avon, começam a comercializar produtos fabricados com base em insumos amazônicos e pelo seu alcance de mercado demonstram possibilidades de produção industrial, que poderia ser local, calcada na

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

diversidade regional e na revolução científica e tecnológica do século XXI, a biotecnologia. De igual forma, estas também têm sido mencionadas em estudos sobre a biodiversidade amazônica usada pela biocosmética.

Carla Morsello (2002) e Anderson e Clay (2002) enfatizaram o papel da The Body Shop e a parceria que desenvolveu em meio aos Kayapós⁹. Morsello (2002) analisa os impactos da integração¹⁰ do mercado na sustentabilidade da Amazônia levando em consideração a subsistência indígena, povos que possuem uma base econômica dependente do ambiente local. A partir de sua tese conclui que a inserção do mercado nestas sociedades provoca também um efeito negativo, tal como o da diferenciação social. Para Morsello (2002) as sociedades indígenas vivem sobre o princípio do igualitarismo, embora não seja uma regra entre todos os grupos, e a diferenciação social, neste contexto, está relacionada à riqueza das famílias e indivíduos, “associada à noção de ser melhor ou pior do que alguém em uma sociedade”¹¹ (Morsello, 2002, p. 20) e deve ser evitada precisamente porque é um princípio moral e ético, porque a exploração da terra pelo indígenas é realizada comunitariamente, portanto compartilham igualmente, e, por último, porque indesejáveis efeitos culturais, sociais e ambientais podem ocorrer com a diferenciação social. Todavia, Morsello (2002) menciona que tal diferenciação social não ocorre somente entre famílias, mas também dentro das famílias, entre os próprios indivíduos, como homens e mulheres, jovens e adultos, e são características das atividades de mercado, como por exemplo, o número de empregos que a atividade torna disponível para a comunidade, o número de indivíduos qualificados.

Anderson e Clay (2002) apontam como as relações entre os kayapós e a Body Shop foram estruturadas atendendo os objetivos de ambos, bem como o impacto da relação comunidade/empresa sobre a capacidade dos indígenas tornarem-se autossuficientes e levarem adiante suas atividades comerciais. Em contrapartida, Araújo (2007) apontou em sua tese sobre “A tensão entre a territorialidade ribeirinha do Médio Juruá e o modelo de reserva extrativista” a presença da empresa Natura na Comunidade Roque¹² enfatizando a relação dessa empresa com a comunidade na exploração do óleo de andiroba, em decorrência de sua abundância na região e da presença de um projeto realizado com parceria entre a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (Inpa), o Ibama e a Universidade de Brasília. A implantação do projeto na comunidade permitiu a organização dos ribeirinhos em cooperativa, com fins na comercialização do produto. A intermediária entre a Natura e a comunidade é a empresa Cognis Brasil LTDA, empresa distribuidora de matérias-primas naturais, pois compra insumos florestais de diversas comunidades amazônicas, entre as quais, a Comunidade Roque.

Para Araújo (2007) a relação entre comunidades e mercado se dá efetivamente pela comercialização do produto extrativista que é o momento em que se relaciona com o mundo capitalista. Uma das principais desvantagens

⁹ Índios Kayapós da aldeia A-Ukre, situada na bacia do rio Xingu, no estado do Pará.

¹⁰ De acordo com Morsello (2002) esta integração se dá por meio da relação entre as atividades que resultam da produção de bens e serviços intercambiáveis de indígenas com não-indígenas, colocando os primeiros nos circuitos econômicos.

¹¹ Tradução própria.

¹² Comunidade localizada na região do Médio Juruá no estado do Amazonas.

REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE

apresentadas por Araújo (2007) na relação empresa/comunidade, diz respeito ao fato de que relações comunitárias de outros tempos começam a inexistir, e quem não possui dinheiro não poderá mais consumir certos produtos originários do extrativismo animal e vegetal que antes eram cedidos, compartilhados entre vizinhos. Sob a retórica de que a Amazônia tem seus próprios meios de desenvolvimento tem sido foco de discussão nas pautas atuais a disposição de rica diversidade no Amazonas, estado brasileiro de vasta dimensão territorial, onde se aponta a necessidade de incrementos em ciência, tecnologia e inovação, a fim de que uma nova geopolítica para a Amazônia possa ser vista. Para Becker e Stenner (2008) quanto mais se capacita e forma pessoas, quanto mais se agregar valores aos produtos, maior a possibilidade de autonomia local, ou seja, aumentam-se as possibilidades de se ter o desenvolvimento como liberdade (Sen, 2000).

Considerações Finais

É plausível retomar a ideia inicial: o que leva ao entendimento de que a utilização de produtos da floresta amazônica acontecia desde a chegada do colonizador europeu em busca das drogas do sertão. Os insumos florestais eram comercializados sem nenhum tipo de agregação de valor e acompanhavam a forma como as comunidades extraiam diretamente produtos florestais.

A história dos variados períodos econômicos na Amazônia refletem a existência de um padrão pautado no extrativismo florestal desde as especiarias, perpassando pelo *ciclo* da economia gomífera e, posteriormente, com a implantação da Zona Franca de Manaus no Amazonas, que vai, via Suframa, predizer acerca da possibilidade de se desenvolver o interior da Amazônia por meio de indústrias estratégicas, ou seja, indústrias de base extrativista e de acordo com as potencialidades naturais locais.

Hoje, com a transnacionalização da economia vigente e a realidade industrial operante tem-se na Amazônia, e fora dela, efetivamente, uma indústria que se utiliza de um padrão que é, antes de tudo globalizado, de consumo globalizado, onde estabelece socialmente estímulos a um consumo padronizado perfazendo uma “sociedade burocrática de consumo dirigido” (Lefebvre, 1991) onde tanto consumo como criação de necessidades são impostos. Não somente produtos, mas ideologias também são globalizadas, e em torno do “consumo sustentável” (Ortigoza, 2002), estão os produtos que fazem parte da “indústria do natural”, principalmente aquela que se prediz em torno da Amazônia.

Para Bourdieu (1998, p. 7-8) “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem” e, é exatamente, nesta lógica, que a indústria em torno do Amazonas vai se inserindo, permeando por um conceito de Amazônia e sustentabilidade em uma relação que se desencadeia entre comunidade e empresa, a primeira, vislumbrando a ascensão, a segunda, vislumbrando alternativa econômica muitas vezes aplicadas de forma precária nas comunidades do Amazonas.

Eis uma afirmação que se tornou corriqueira na produção acadêmica e nas instituições governamentais e até não governamentais: que o Estado do Amazonas é um dos estados da região norte do Brasil mais promissores ao que tange a potencialidade de recursos da floresta para atender a demanda do

REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE

mercado de biocosméticos, nutracêuticos e fitoterápicos, os chamados bioproductos¹³. Mas as riquezas naturais - que têm sido apontadas com maior entusiasmo recentemente –, já foram apontadas desde o “descobrimento” do Novo Mundo, segundo a visão e o juízo de pensadores europeus, isso porque o próprio processo de conquista revelou uma natureza importante para os interesses das Metrópoles europeias e, enquanto funcionários da Coroa, viajantes e religiosos respondiam pelas informações desse “mundo novo”, a natureza passava por contínua identificação (Santos, 2006).

Tem-se que na Amazônia, historicamente, desenvolveu-se atividades consideradas ambientalmente predatórias, como a indústria madeireira, como o cultivo da soja, a pecuária, a mineração, que muito embora tenham contribuído para a elevação da renda não foram suficientes para promover a equidade almejada, fato que demonstra a importância de se considerar outros aspectos que estejam além dos indicadores econômicos para sanar problemas como o das desigualdades sociais em dada região, mas acima de tudo que possam considerar povos-rios-florestas como tríade importante no bem viver amazônico.

Um “maravilhoso mundo amazônico” pode ser observado desde a chegada do europeu por estas paragens, como um território rico em especiarias e sobretudo, passivo de colonização. Desde a economia das drogas do sertão a geohistória econômica na Amazônia e no Amazonas continua a mostrar que a sociobiodiversidade amazônica continua sendo uma importante variável nas economias desenvolvidas, e hoje, sobretudo hoje, por meio das aplicações em biotecnologia, a biodiversidade continua visível e ainda em outros países como recurso a ser explorado. Se os recursos florestais eram bem quistos no século XVII hoje são revalorizados mediante duas lógicas distintas: a da preservação da vida na Amazônia e a da geração de riquezas com a vida amazônica, quando de fato, por estas paragens continuam a exploração, a expropriação e a carência dos povos, além da malfadada degradação da natureza.

Nesse processo, capital natural (biodiversidade), capital intelectual (recursos humanos) e capital científico (produção de ciência/instituições) passam a regulamentar a mercantilização da biodiversidade, não somente pelos novos setores que demandam dos recursos naturais, mas pelo valor da biodiversidade residir naquilo que ainda precisa ser descoberto e a biotecnologia também se torna riqueza em meio às grandes possibilidades das matrizes genéticas. As redes de atores que vão se constituir no estado do Amazonas para articular a ciência, a tecnologia e a inovação, são sobretudo, originadas fora da iniciativa do setor produtivo, o que indica um distanciamento entre empresa e instituições de pesquisa, e das comunidades. Quanto às comunidades, verifica-se a importância das tais em todo início de processo com a biodiversidade e, mesmo com a participação das mesmas, ou seja, na sua inclusão nos atos de exploração da biodiversidade, não são elas que irão recrutar a maior parcela dos benefícios, isso anuncia uma relação não proporcional ao grau de importância das mesmas.

Do ponto de vista histórico-geográfico (espaço-temporal), as lógicas que operaram no passado são as mesmas que operam hoje na exploração, comercialização e exportação dos insumos florestais são as mesmas desde a

¹³ De acordo com Miguel (2007), os bioproductos são derivados da bioindústria, podendo ser de origem animal, vegetal ou de microorganismos. Os nutracêuticos são alimentos, que comprovados cientificamente, servem para tratamento e prevenção de doenças.

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

exploração das drogas do sertão no Amazonas, pode-se afirmar que se trata de uma “colônia de exploração” moderníssima com arranjos tecnológicos e científicos que não fizeram parte da história pretérita, mas inserem-se às novas formas de exploração do século XXI como suporte para a acumulação do capital valendo-se da continuidade das formas pretéritas de apropriação, exploração, expropriação e espoliação de povos-rios-florestas.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Anthony; CLAY, Jason. Esverdeando a Amazônia: Comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis. São Paulo: Petrópolis; Brasília: IIEB, 2002.
- ARAÚJO, Imar César de. O Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA e o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. In. T&C Amazônia, Ano 1, n. 1, Fev de 2003.
- _____. CBA. Biofach América Latina e ExpoSustentat. São Paulo: 2006.
- ARAÚJO. Nelcioney José de Souza. A tensão entre a territorialidade ribeirinha do Médio Juruá e o modelo de reserva extrativista. Tese de Doutoramento. Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2007.
- BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Valer, Edua, Inpa, 2007.
- BECKER, B. K.; STENNER, Cláudio. Um futuro para a Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- BENCHIMOL, Samuel. Exportação da Amazônia Brasileira – 1997. Manaus: Valer, 1998.
- _____. Zênite ecológico e nadir econômico-social: Análise e propostas para o desenvolvimento da Amazônia. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2010.
- BOTELHO, Antônio José. Redesenhando o Projeto Zona Franca de Manaus. Manaus: Editora Valer, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Bertrand/Difel, 1989.
- _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira. História da televisão amazonense. Disponível em:
http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/anais/qt4_audiovisual/hist%F3ria%20da%20televis%E3o%20amazonense.doc. Acesso em: 24 janeiro 2004.
- CRULS, Gastão. A Amazônia Misteriosa. Coleção Saraiva 115. São Paulo: Saraiva, 1957.

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

CUNHA, Euclídes da. 1866-1909. Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro. Falla Dirigida a A'Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas. Manaós: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1861.

DANIEL, João. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas – 1722-1776. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas – 1722-1776. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DE LIMA, Susane Patrícia Melo de Lima. A metropolização regional periférica aquém da metrópole: A Região Metropolitana de Manaus vista do lado de lá. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Departamento de Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais/IFCHS. Manaus: UFAM, 2024.

DEUS, João Batista de. Um breve comentário sobre o espaço e o tempo em Geografia. Boletim Goiano de Geografia, 15 (1), Jan. Dez. 1995. p. 109 – 116.

DIAS, Edinea Mascarenhas. A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920. 2.ed. Manaus: Valer, 2007.

FANON. Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERREIRA, A. M. M.; SALATI, E. A dimensão humana no domínio amazônico brasileiro. Novembro de 1997. Disponível em: <http://iba.cptec.inpe.br/iba/port/pesquisa/dimensaoh/dimhumana.htm> Acesso: 4 de novembro de 2010.

GONÇALVES, Viviane Araújo. Levantamento de mercado de produtos Florestais não-madeireiros. Santarém : ProManejo, IBAMA, 2001

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994.

_____. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. Revista Estudos Avançados [on line] Vol 8, n. 21, 1994. p. 147-163. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141994000200009>> Acesso em 07 de Abril de 2010.

LEFÈBVRE, Henry. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo, Ática, 1991.

LEONARDI, Victor. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira. Brasília: Paralelo 15, Ed. UnB, 1999.

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIGUEL. Laís Mourão. Uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Brasileira: experiências atuais e perspectivas das indústrias de cosméticos e fitoterápicos. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2007.

MORSELLO, Carla. *Market Integration and Sustentability in Amazonian Indigenous Livelihoods: the case of the Kaiapó*. A thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy to the School of Environmental Sciences of the University of East Anglia: April, 2002.

OLIVEIRA. José Aldemir de. *A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia. Setembro de 2004.

_____. *Tempo e espaço urbano na Amazônia no Período da Borracha*. In: *Scripta Nova – Revista Eletrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona. Vol. X, N. 218 (35), 1 de Agosto de 2006.

ORTIGOZA. Silvia Aparecida Guarnieri. *Consumo Sustentável: um compromisso de todos*. In: *Território & Cidadania*. Vol II, número 2, Julho-Dezembro de 2002.

PEREIRA, Sinedei Moura. *Da Economia Colonial à Crise da Borracha*. In: V Encontro de Economia Política e XVII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, 2000, Fortaleza. V Encontro de Economia Política e XVII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, 2000.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. *Zona Franca de Manaus e o Desenvolvimento Regional*. São Paulo em Perspectiva. 6 (1-2): Janeiro/ Junho de 1992. p. 127-133.

PIRES, Hindenburgo Francisco. *Reflexões sobre a Contribuição da Geografia Histórica e da Geohistória na Renovação dos Pensamentos Geográfico e Histórico no Século XX*. In: I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, 2008, Uberlândia. Anais do I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico. Uberlândia : UFU, 2008. v. 1. p. 01-18.

PRADO JR., C. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense: 1981.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

**REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE**

RANGEL, Alberto. Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas. 5 ed. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

REIS, David Penna Aarão. Geohistória: Introdução, Vol. I, Rio de Janeiro: Aula Editora, 1986.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. A política de Portugal no Valle Amazônico. 2 ed. Belém: SECULT, 1993.

RODRIGUES, Eliana Teles. Sociobiodiversidade e diversidade epistêmica: reflexões sobre a educação do campo no cenário atual do Baixo Tocantins. In. MARGENS - Revista Interdisciplinar. 10 anos de Margens - Dossiê: Olhares campo o campo Versão Digital – ISSN: 1982-5374. VOL.10 N. 15. Dez 2016, (p. 42-52).

SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. 2 ed. Manaus: Edua, 2002.

SANTOS, Milton *et al.* Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____.A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4^a ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SARMENTO, Thaise Rachel; PASTORE JÚNIOR, Floriano. Produção não-madeireira e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Projeto ITTO PD 31/99 Ver. 3 (I). Brasília: UNB, 2006.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o Capitalismo no Brasil. Dossiê Amazônia Brasileira II. Estudos Avançados Vol. 19. N. 54. São Paulo May/Aug. 2005. p. 99-113.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. História do Brasil: Colônia, Império e República. São Paulo: Ed. Moderna, 1983.

SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SUFRAMA. Superintendência da Zona Franca de Manaus. Histórico da Zona Franca de Manaus. Disponível em <<http://www.suframa.gov.br>> Acesso em 13 de Junho de 2009.

TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair Cordeiro *et al.* Espacialidades e Temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a

***REPRESENTAÇÕES AMAZÔNICAS DESDE AS DROGAS DO SERTÃO À
REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA DO SÉCULO XXI: NOTAS SOBRE ESPAÇO E
TEMPO NA ECONOMIA AMAZONENSE***

jusante do rio Tocantins. In. *Acta Geográfica, Edição Especial Cidades na Amazônia Brasileira.* p. 117-133.

Recebido em: 27/02/2025

Aprovado em: 25/04/2025

Publicado em: 02/05/2025